

Metas “ousadas” para a saúde

ANA MÁRCIA SERAPHIM

Os recursos previstos para a execução do Plano de Metas dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social no período de 89 não correspondem aos volumes necessários criados pelos respectivos órgãos: a falta de definição dos recursos globais para o cumprimento integral dos programas fixados pela Seplan é admitida no rodapé do próprio plano. Os técnicos dos dois setores também desconhecem de onde sairá o dinheiro, já que até agora não receberam qualquer comunicado do governo neste sentido. Eles consideram as metas aprovadas pelo presidente José Sarney “bastante ousadas e de difícil execução” caso não haja definição clara e compromisso oficial, amarrando cada projeto aos recursos indispensáveis ao longo dos próximos três anos.

Até 1989, cada município brasileiro deverá ter um subsistema autônomo de saúde, que funcionará sob o comando de um sistema único de saúde englobando todas as atividades médico-hospitalares e ambulatoriais exercidas hoje por diversos ministérios e órgãos de forma totalmente desorganizada. Esse é o maior sonho dos especialistas do setor que desta forma verão concretizadas as recomendações da VIII Conferência Nacional de Saúde. O ministério da Saúde contará com Cz\$ 258,7 bilhões no período 86/89 para desenvolver programas visando a reverter o atual quadro sanitário do País. Para cum-

prir esse objetivo, o Plano de Metas setorial propõe como prioridades: combater a fome endêmica da população carente, reduzir a mortalidade infantil, aumentar a expectativa de vida ao nascer para 65 anos, reduzir as desigualdades de acesso aos serviços de saúde e aumentar a oferta, combater as principais doenças e distribuir remédios gratuitos.

Do total previsto, 84,3% deverão ser aplicados na ampliação da assistência médico-hospitalar; 7,5% para a produção e distribuição de medicamentos e vacinas; 4% para melhorar a infra-estrutura do setor; 3,9% no controle de endemias; e 0,3% no combate às doenças transmissíveis. Isoladamente, os programas de distribuição gratuita de remédios e leite são os maiores beneficiados porque tem claros objetivos eleitoreiros. O de remédios contará com Cz\$ 18,2 bilhões no período para distribuição de uma cesta contendo 40 medicamentos básicos. E o de leite será contemplado com Cz\$ 8,3 bilhões para dar um litro por dia a dez milhões de carentes entre crianças até seis anos, gestantes e nutrizes. Os dois lideravam a lista dos programas de prioridades sociais — PPS — lançado ano passado pelo presidente José Sarney, e agora lideram a lista dos que fracassaram.

Entre as doenças endêmicas e transmissíveis terão prioridade: 1) Chagas: evitar sua reativação em 50% dos municípios atingidos; 2) Malária: reduzir os níveis de ataque para cerca de dez a 15 casos por mil

habitantes na Amazônia e proporções residuais nas demais áreas; 3) Esquistosomose: reduzir de 20 para cinco os casos positivos em cada cem exames de laboratório; 4) Febre amarela e dengue: reduzir a menos de 5% os índices de infestação do mosquito *Aedes aegypti*. O combate à Aids tem prioridade entre as doenças sexualmente transmissíveis. Serão construídos 13 hemocentros e 47 subcentros de hemoterapia para evitar o comércio de sangue, e destinados Cz\$ 286,7 milhões para o País tornar-se auto-suficiente em vacinas e soros até 1984.

Previdência

Na área da Previdência e Assistência Social, o Plano de Metas para os próximos três anos prevê a implantação de novos planos de benefícios e de custeio do sistema, após aprovação pelo Congresso Nacional. A alíquota de contribuição deverá ser maior para quem ganha mais e menor para os demais. E, conforme o tipo de atividade profissional, deverá ser fixado um limite de idade para aposentadoria que levará em conta a perda absoluta ou parcial da capacidade de trabalho e redução da expectativa de sobrevida do trabalhador em função da atividade exercida.

Como forma de estabilizar a receita do sistema previdenciário evitando futuros déficits, e redistribuir de modo mais equitativo o custeio do sistema, deverá ser adotado um modelo misto de contribuição que penalize menos a folha de salários. As em-

presas de maior porte passarão a recolher também sobre a receita operacional, ou lucro, e a contribuição dos autônomos também será fixada conforme o nível de atividade e renda, reduzindo-a para os menores e aumentando-a para maiores, também está prevista a eliminação das crônicas filas e das fraudes, além do combate a sonegação.

O objetivo básico do governo em relação ao Sinpas é dar-lhe maior credibilidade e torná-lo “mais justo, equitativo, equilibrado e transparente”, o que se pretende, alcançar concentrando recursos no atendimento das necessidades básicas dos grupos mais carentes. Para isso, o ministério contará com Cz\$ 195,8 bilhões este ano, Cz\$ 211,7 bilhões em 1987, Cz\$ 230,1 bilhões em 1988, e Cz\$ 251 bilhões em 1989. A contribuição da União para custeio do Sinpas também deverá ser aumentada, mas não ao nível do proposto pelo ministério. Foram solicitados Cz\$ 127 bilhões até 1989, mas garantidos pela Seplan apenas um terço disso.

Na área da assistência social a meta é dar prioridade de atendimento aos menores carentes até seis anos, garantindo sua sobrevivência biológica e desenvolvimento normal. A meta é municipalizar os serviços, fortalecer as famílias e integrar os menores na comunidade. A nível da LBA terá prioridade a construção de creches, prevendo-se uma expansão de 52%.

(Ag. Estado/Brasília).